

A ESCOLA CONTRA A ESCOLA E PELA ESCOLA – QUESTÕES ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE A MATERIALIDADE DO PEDAGOGIA DA TERRA E O IDEAL DE CONSTRUÇÃO DE UMA PEDAGOGIA DA PRÁXIS

Álcio Crisóstomo Magalhães
Universidade Federal de Goiás-FE
PPG – Mestrado
Comunicação
Educação, trabalho e movimentos sociais

A escola, criada sob os pilares da modernidade adquire um papel decisivo na manutenção da hegemonia capitalista. O ideal de educação submetido a tal princípio torna-se reduzido à idéia de instrumentalização do conhecimento. Para tentar compreender como se articula esse processo, produzem-se inúmeras teorias que analisam a educação a partir da idéia de circularidade, ou seja, qualificação para a produção e reprodução da cultura política burguesa. Motivado pelo ideal de contraposição a essa lógica, o curso de Pedagogia da Terra, da UFG, apresenta-se como uma prática de resistência a essa circularidade viciosa. Propõe-se a construir um processo de escolarização mediado pela pedagogia da praxis. Mas será possível, no interior da estrutura capitalista, a construção de um fazer pedagógico capaz de desenvolver uma hegemonia da classe trabalhadora? A escola pode converter-se em foco de resistência às injustiças e desigualdades sociais produzidas no processo de reprodução do capital?

Palavras-chave: Escola, Pedagogia da Terra, Praxis

A educação das crianças até o modo de produção feudal tinha por objetivo, apenas, uma formação moral, religiosa, e capaz de produzir as noções elementares dos principais ofícios. Segundo Enguita,

O ideal educativo da nobreza feudal não passava pelas letras, mas por aprender a montar cavalo, a usar armas e talvez, a tocar um instrumento musical. Quanto aos artesãos, a aprendizagem literária era para eles muito secundária e, no concernente aos camponeses, os poucos que acendiam a uma escola eram apenas doutrinados nos tópicos religiosos e morais em voga. (FERNANDEZ ENGUITA, 1989, P. 108)

Com o advento da modernidade a exigência de uma educação escolar científica consagra a escola como uma instituição remodelada, de caráter eminentemente burguês, que passa a construir-se, desconstruir-se e reconstruir-se ao longo das décadas de modo subordinado aos interesses ideológicos da classe que possui os meios de lhe subsidiar. Marx e Engels avaliam os valores que a nova escola (capitalista) deveria negar ou superar:

A escola representa, portanto, sob o capitalismo, uma arma poderosa de mistificação e de conservação entre as mãos da classe capitalista. Tem tendência para dar aos jovens uma educação que os torna leais e resignados ao sistema atual, e os impede de descobrir as suas contradições internas (MARX e ENGELS, 1978, P. 37).

Portanto, a escola capitalista deveria levar os indivíduos, que passam a povoá-la, a superar os valores feudais e inserirem-se no mundo do conhecimento, da capacidade de transformar trabalho em capital. De acordo com (Marx e Engels, 1978, P.42), “No ambiente de negociata e de venalidade, a escola prepara os que exercerão as funções do capital (...)”. É sob essa nova lógica que a burguesia capitalista vai organizar todo um arcabouço ideológico de sustentação e tentativa de perpetuação de sua condição. Uma racionalidade, que Antônio Gramsci, ao analisar a peculiaridade de um dos primeiros ciclos de exaustão e reconfiguração sistêmica do capital, viria a conceber como hegemônica:

O desenvolvimento da base industrial, tanto na cidade como no campo, provocava uma crescente necessidade do novo tipo de intelectual urbano: desenvolve-se ao lado da escola clássica, a escola técnica (...), o que colocou em discussão o próprio princípio da orientação concreta da cultura geral, da orientação humanista da cultura geral fundada sobre a tradição greco-romana. (GRAMSCI, 1989. P. 118)

A escola, instrumento de primeira linha dessa inculcação, teria como uma de suas principais atribuições, produzir no ideário coletivo um consentimento; uma espécie de adesão coletiva aos princípios reguladores da estrutura social produzida a partir da dinâmica burguesa de reprodução do capital. Seria ela uma instituição estatal decisiva na produção da unidade em torno da submissão à cultura política da modernidade e no convencimento de todos, ou da grande maioria, da naturalidade de uma sociedade, organizada em classes, orientada pela exploração de mão-de-obra, produção de excedentes e estímulo ao consumo. De acordo com as palavras de Durkheim (1975, P. 48) “(...) preciso será que a educação assegure, entre os cidadãos, suficiente comunidade de idéias e de sentimentos sem o que nenhuma sociedade subsiste (...)”.

Nessa mesma esteira de produção científica, floresceram inúmeras teorias vinculadoras do par escolarização/produção. Concepções organicistas, funcionalistas, estruturalistas e naturalizadoras das contradições, mazelas e injustiças sociais. Um arcabouço teórico que acabou por produzir uma ideologização do universo escolar. Como observou Frigotto:

Na perspectiva das classes dominantes historicamente, a educação nos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social de educação de forma controlada para responder às demandas do capital. (Frigotto, 1996, P. 26).

A teoria do capital humano, por exemplo, marco da concretização de uma concepção de educação escolar instrumentalizada e instrumentalizante, transforma a escola, definitivamente, no *locus* da competitividade, do disciplinamento, da hierarquia, da opressão consentida e da certificação, seja do fracasso, seja da competência individual. Conforme Frigotto (1996, P.32), a teoria do capital humano evidencia "O caráter subordinado das práticas educativas aos interesses do capital". O capitalismo, através da produção de teorias contra-revolucionárias, constitui-se, cada vez mais, como força hegemônica.

Assim o economicismo do sistema que passa a condicionar todas as instâncias de mediação das relações entre os homens, também não deixa imune a educação escolar. Pela via da escola, promove a instrumentalização do conhecimento, como estratégia de produção de insumos necessários à contenção das contradições e

ressignificação dos princípios do capital. Um conjunto de teorias; que passa a analisar a educação a partir de uma idéia circular, expressa no princípio da qualificação para produção; induz ao pensamento mecânico de que estaria aí, a solução para as mazelas produzidas pelo sistema (miséria, desemprego, injustiça, violência, guerras, etc). A velha tese de que no interior da própria estrutura produtiva estaria a solução para a crise estrutural do capital. Nesse movimento a escola torna-se prisma de uma concepção contra-revolucionária. Uma idéia que remete à solução encontrada pelo Barão de Münchhausen, que ao ver-se preso em um pântano com seu cavalo, busca a salvação em si mesmo, puxando seus próprios cabelos. Uma bela alusão proposta por Löwy (1998, P. 44), "(...) que nos conduz, à velha problemática positivista ‘clássica’ da ‘boa vontade’”.

Motivados pelo desejo de compreender esse papel conservador da escola, alguns críticos do princípio de classe, que orienta a relação escola/hegemonia capitalista, desenvolveram estudos no sentido de verificar o quanto esta instituição se submete aos valores do capital. A chamada teoria reprodutivista de Bourdieu-Passeron, as concepções hierarquizantes de Baudelot-Establete e a circularidade da teoria do capital humano e do pensamento de Bowles-Gintes, definem a escola como um conluio de forças a serviço da hegemonia do modo de produção capitalista. E, como argumenta Snyders:

(...) em todos os conluios, o silêncio, a dissimulação, desempenham um papel capital: manter o mistério sobre as infra-estruturas, só prestar atenção aos resultados obtidos, ocultar aos olhos dos interessados a relação entre dificuldades escolares e condições de vida. (SNYDERS, 1981, P. 80).

Revela-se dessa forma, a escola como agente institucionalizado de naturalização e legitimação das injustiças sociais produzidas pela estrutura produtiva. O espaço burguês onde os filhos das elites preparam-se para a dominação e os filhos do proletariado para a execução.

O grande problema advindo dessa revelação é a indução ao pensamento unilateral de que a lógica dessa instituição burguesa não abre margem a qualquer possibilidade de enfrentamento da hegemonia capitalista. Entendimento que reduz todas as ações produzidas em seu interior a mecanismos de reprodução ideológicos, e como tal, incapazes de produzir qualquer possibilidade de crítica ou reflexão a respeito das inúmeras contradições criadas pela incontornabilidade da dinâmica do processo histórico inaugurado pela racionalidade do capital. Para Bourdieu e Passeron (1975, P.215) "o sistema de ensino tende objetivamente a produzir pela dissimulação da verdade objetiva de seu funcionamento, a justificação ideológica da ordem que ele reproduz por seu funcionamento". Frigotto em sua análise das teorias desenvolvimentistas que concebem a educação como instrumento de produção de capital humano, faz referência a Bowles e Gintes:

(...) conhecidos como *radicais americanos*, por suas análises terem uma inspiração marxista, enfatizam os aspectos do disciplinamento e das atitudes, focalizando não apenas a questão da funcionalidade, mas sobretudo da reprodução dos interesses do capital. (FRIGOTTO, 1996, P.43)

Snyders (1981, P. 55) ao produzir uma profunda análise da concepção de escolarização desenvolvida por Baudelot-Establete; referente ao M2, um modo de escolarização pública para as classes trabalhadoras da França; afirma: “Eles só levam em conta os fracassos e os aspectos negativos. Tanto suprimem o M2 de uma penada como à força da palavra”. Três diferentes análises, que guardam entre si uma perigosa

relação: dão fôlego às teorias anteriores que engessam a escola sob a condição de instrumento de conservação de uma hegemonia.

Se por um lado projetou-se uma luz nova sobre a compreensão do papel circular e reprodutivista, historicamente desempenhado pela escola burguesa, por outro criou-se um forte consenso em torno de uma aparente inquebrantável concepção. A descrença em qualquer possibilidade de crítica e enfrentamento da racionalidade capitalista no interior desta instituição.

Mas, diante de tantas teorias apologéticas da impossibilidade de uma alternativa de escolarização capaz de produzir um enfrentamento à força hegemônica do capital, algumas questões se fazem urgentes: A escola pode converter-se em um foco de resistência às injustiças e desigualdades sociais de uma estrutura que insiste em buscar meios de subordinar o trabalho ao capital? É possível conceber uma escolarização mediada por uma pedagogia da praxis? É possível pensar em uma escolarização, que mesmo sujeitada pela força do aparato estatal, consiga produzir a crítica da racionalidade instituída pelo capital? É possível pensar em uma alternativa de educação escolar feita por trabalhadores e para trabalhadores, que necessitem, por questão de sobrevivência, de um novo modelo de reprodução das condições materiais de existência? A análise do universo escolar burguês, à luz das concepções circulares e a racionalidade do atual momento histórico induzem de imediato à negativa de cada uma dessas interrogações. A concepção da institucionalização do acesso ao conhecimento pela mediação dos valores burgueses, produz a consciência coletiva de que a escola não passa de um meio instrumentalizado de reprodução da hegemonia do capital. Uma espécie de armadilha cuidadosamente arquitetada como forma de disseminar os princípios desse modo de produção. Conforme análise de Frigotto, uma instituição condicionada por uma

(...) ética individualista que no campo pedagógico se manifesta sob as noções de competências, competitividade, habilidade, qualidade total, empregabilidade, mas que no âmbito social mais amplo se define por noções constitutivas de um suposto 'novo paradigma'." (FRIGOTTO, 2001, P.25)

Entretanto, as inúmeras demandas criadas pelo capital em seu cíclico processo de reprodução/exaustão revelam constantes lacunas e sugerem novas possibilidades de enfrentamento. Quando a teoria do capital humano, por exemplo, define a ampliação dos níveis de escolarização, ainda que de modo instrumentalizado, como meio de dar novo fôlego à dinâmica de reprodução do capital, abre-se uma pequena janela de acesso dos trabalhadores à escola e uma grande possibilidade de questionamento da hegemonia instituída. A margem mínima de ação disponibilizada pelo capitalismo foi o suficiente para o protagonismo dos movimentos sociais. A fresta aberta pela nova demanda foi o suficiente para que o direito à escolarização pública, ainda que condicionada pelos imperativos do sistema, fosse eleita como o novo imperativo da classe trabalhadora. Uma necessidade que poderia converter-se em estratégia fortíssima de contraposição à hegemonia do modo de produção. Os movimentos sociais descobrem que a dependência do sistema de uma escolarização do trabalhador e a difusão de grandes programas de escolarização em massa, ao mesmo tempo, que poderia levar a submissão máxima do trabalhador ao processo produtivo, dava-lhe a possibilidade impar de questionamento da estrutura que o submetia. Assim, o direito à escolarização pública torna-se uma estratégia proletária de ocupação das lacunas abertas pelo capital ao longo de seu constante ciclo de reconfiguração produtiva. Apesar da racionalidade instrumental burguesa não poupar esforços na produção de teorias claramente comprometidas com a

desqualificação das ações contestadoras populares, a capacidade de enfrentamento dos movimentos sociais resiste. Nas palavras de Cruz (2005, P. 75), eles “(...) são o coração da sociedade, são agentes de sua própria história (...) constituem redes, com maior ou menor visibilidade, mas sempre com presença e permanência firme na cena política (...)”. Portanto, precisam ser considerados como peças fundamentais em qualquer pretensão teórica de construção de concepções que se posicionem na contra-mão da lógica racional instituída.

Mas qual a medida da margem de ação negligenciada pela hegemonia capitalista? Até que ponto uma ação dessa natureza, fruto do protagonismo dos movimentos sociais consegue fugir à força da lógica e ao controle exercido pelo capital para constituir-se em possibilidade de enfrentamento à hegemonia do sistema? É possível apreender a partir da peculiaridade da concepção de educação dos movimentos sociais, elementos significativos para a construção de uma praxis pedagógica significativa para a escola pública regular? Ainda que a escola pública estatal tenha sido construída, como nos ensinam as correntes teóricas acima, com o objetivo de auxiliar na promoção da coesão social exigida pelo modo de produção capitalista, existiria nessa estrutura alguma margem para o revelar das contradições do sistema? Para tantas interrogações, é claro que não se pode ter a pretensão da produção de respostas imediatas e definitivas, entretanto, a experiência do curso de Formação de Educadores do Campo – Pedagogia da Terra, oferecido pela Universidade Federal de Goiás, em parceria com as organizações sociais rurais apresenta-se como possibilidade de construção de uma proposta de escolarização mediada pela pedagogia da praxis, ou seja, comprometida com o questionamento da hegemonia da racionalidade burguesa. Mas será que isso se confirma na realidade do processo de desenvolvimento do curso? A partir da materialidade dessa experiência de formação dos chamados *pedagogos da terra* é possível pensar em um fazer pedagógico que se contraponha aos imperativos do modelo de escola construído para atender aos interesses do grande capital? De acordo com Scherer Warren (1998, P. 27) “(...) é na interação entre movimentos educacionais e movimentos sociais, no sentido abrangente (...) que se pode desenvolver um processo dialógico de integração intercultural e democrático de longo prazo”. Nesse sentido, pode-se afirmar que a experiência do curso de Formação de Educadores do Campo – Pedagogia da Terra, apresenta-se como espaço de uma ação pedagógica dotada de um sentido de enfrentamento? O curso que se propõe a “(...) formar educadores que possam contribuir mais com uma educação emancipadora dos educandos do campo” (UFG, 2007, P.02), oferece elementos significativos para a produção de um pensamento mais claro a respeito de como concretizar uma pedagogia da praxis? Sendo essa experiência pedagógica fruto das demandas das organizações sociais do campo, tem-se à frente, tal qual sugere Scherer, um locus de observação e interlocução, capaz de oferecer elementos que permitam pensar como a concepção de educação dos movimentos sociais pode contribuir para a construção de uma escola comprometida com uma outra racionalidade?

Gramsci (1989, P.20), ao analisar a concepção de filosofia da *práxis* lança as bases de uma educação orientada para o enfrentamento: “(...) a filosofia da *práxis* não busca manter os “simplórios” na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior”. O curso de Pedagogia da Terra encontra-se em comunhão com esse ideal gramsciano? O histórico dos sujeitos que, por uma questão de sobrevivência, fizeram a opção por buscar nas brechas deixadas pelo sistema um meio de agregar o conhecimento científico a seu saber, apresenta-se como um *locus* de observação para a produção do pensamento crítico a respeito do papel da educação?

Os critérios de seleção dos alunos; o desafio político institucional de aprovação e implantação do curso; os objetivos a que se propõe o curso e sua dinâmica de estrutura e funcionamento; a dinâmica que a experiência dos movimentos sociais impõe a toda lógica de organização e estruturação do curso, desde a organização dos momentos de alimentação, por exemplo, até os momentos de formação política; a experiência pessoal de cada aluno e o modo como essa historicidade orienta a dinâmica das aulas; a lógica organizacional do grupo e o estranhamento produzido pela confrontação com a realidade instituída pela academia; a participação efetiva de todos os alunos em todas as esferas de decisão de cada etapa ou módulo de formação; a mediação pelo diálogo e tentativa de consenso como alternativa ao democratismo burguês; e finalmente a concepção de ensino/aprendizagem que se produz na experiência concreta das atividades culturais, esportivas, afetivas, conflituosas, políticas, organizacionais e todos os demais momentos de interação que se estabelecem entre os alunos, fora do universo da sala de aula, através da mediação ou não da universidade, permitem afirmar que o Curso de Pedagogia da Terra constitui-se em uma ação educativa formal, capaz de produzir elementos novos ao ideal de construção de alternativas de escolarização não reprodutivistas?

Diante da grande promessa produzida por essa experiência de educação, e dos inúmeros questionamentos advindos dessa alternativa de fazer pedagógico, torna-se necessidade premente procurar na materialidade do processo de construção do curso, as respostas capazes de revelar se estamos diante de um caminho que leve à construção de uma pedagogia da praxis, ou se, pelo contrário, estamos mais uma vez acompanhando a consolidação de uma experiência educativa condicionada pela hegemonia do capital.

O fazer pedagógico produzido pela concepção de educação dos movimentos sociais e que pode claramente ser observada na dinâmica de sistematização das diretrizes do Curso de formação de Educadores do Campo – Pedagogia da Terra, apresenta-se como uma experiência reveladora de algumas paisagens que devem compor o itinerário alternativo à vigorosa experiência hegemônica de acesso e produção do conhecimento humano, instituído pelo mundo capitalista ocidental. A combinação de um conjunto de fatores; tais como a presença de um grupo de alunos originários de diversas áreas de assentamento rural, ou seja, historicamente, marcados pelos ideais de subversão da ordem estabelecida pelas elites; a organização de um curso de graduação orientado pela concepção de educação não reprodutivista dos movimentos sociais, em luta pela posse da terra; e a chancela de uma instituição comprometida com a democratização e expansão de um ensino público de qualidade, entre os mais diferentes grupos sociais marginalizados; acena com a possibilidade concreta de se abstrair daí elementos necessários para a construção de uma pedagogia da praxis, ou uma concepção de educação com força suficiente para enfrentar os imperativos circulares das teorias do capital. A realidade construída pelo Pedagogia da Terra pode ser realmente entendida como uma possibilidade de resistência? Sua proposta pedagógica representa um exemplo de como buscar no interior das contradições do capital, a força capaz de promover a revelação de suas contradições?

Como parte do esforço de se tentar analisar a possibilidade de criação de uma pedagogia da praxis para a escola pública, a escola dos deserdados do capital, serão observadas a proposta pedagógica, a estrutura e o funcionamento do Curso de Formação de educadores do campo – Pedagogia da Terra - uma graduação oferecida pela Universidade Federal de Goiás, desde janeiro de 2007, bem como o histórico das lutas dos movimentos sociais pelo acesso a uma matriz educacional em sintonia com as necessidades materiais da classe trabalhadora.

A observação será feita em um duplo movimento de modo pendular. Em um primeiro instante o estudo vai direcionar todo o seu foco na busca da compreensão da lógica de instituição da hegemonia do modo de produção capitalista. Para tanto, a concepção de hegemonia desenvolvida por Antônio Gramsci, será a chave para a abordagem dessa discussão. De forma complementar a esse estudo inicial, será feito um movimento, na mesma direção, mas com o foco centrado na tentativa de compreensão do histórico da efetivação da concepção que torna indissociável o par educação/capacitação. Para isso, a compreensão de educação de Bordieu, em *A reprodução*; as chamadas teorias hierarquizantes de Baudelot/Establet; o viés economicista das concepções de Bowles/Gintis e da teoria do capital humano, sistematizada por Schultz, irão compor o quadro teórico que estamos definindo nesse projeto de pesquisa, como teorias reprodutivas e circulares e com as quais será produzida toda a interlocução. Em um segundo movimento todo o foco do estudo vai se voltar para a tentativa de compreensão de como a classe trabalhadora rompe os limites da escola e elege a educação pública como bandeira de seu ideário de reivindicações. A intenção é resgatar a historicidade das lutas dos movimentos sociais pela escolarização pública e, a partir daí, através de uma pesquisa documental de todo o processo de discussão e enfrentamento (institucional – UFG/Faculdade de Educação/INCRA - e no interior dos movimentos sociais) que envolveu a criação do Curso Pedagogia da Terra da UFG; tentar compreender a especificidade do fazer pedagógico do curso e sua contribuição para a construção ou reprodução de uma concepção de escolarização. Para tanto, será feito um acompanhamento de toda a dinâmica que envolve a execução de cada módulo de formação (entrevistas com alunos, professores, coordenadores e lideranças dos movimentos, observação de momentos de aula, observação de momentos de articulação e formação e observação da dinâmica de estruturação) de modo a tentar identificar em suas ações diárias, elementos capazes de oferecer respostas às interrogações referentes à possibilidade ou não de sistematização de uma praxis pedagógica capaz de superar a circularidade da prática educativa a serviço da reprodução da hegemonia do capital. Buscar-se-á descobrir se o curso desenvolve realmente a superação proposta por Löwy (1988, P.14), ao analisar o método dialético histórico de Karl Marx: “Tudo o que existe na vida humana e social está em perpétua transformação, tudo é perecível, tudo está sujeito ao fluxo da história”.

De um modo especial, será observada a relação que se estabelece entre a história de vida dos acadêmicos e a motivação que impulsiona cada um a buscar uma prática docente e discente mediada por uma pedagogia da praxis, ou seja, por um fazer pedagógico mediado pela necessidade material de contraposição à hegemonia instituída pelo capital. A compreensão da peculiaridade dessa interação promovida pelo curso aponta para uma possibilidade de entendimento de como a ação acadêmica de cada aluno confere uma especificidade a essa alternativa de formação. Serão buscadas nas particularidades desta proposta pedagógica as eventuais possibilidades de enfrentamento advindas da ação dos indivíduos que se propõem inicialmente a ocupar os espaços deixados pelo sistema produtivo, para uma posterior construção de novos espaços de questionamento e crítica da racionalidade por ele instituída.

NOTAS

1 Utilizaremos o conceito de práxis, tendo por referência a concepção de filosofia da *praxis* de Marx, que pode ser compreendida através de Gramsci (1989, P.18) que diz: “Uma filosofia da *praxis* só pode apresentar-se, inicialmente em uma atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar, precedente e do pensamento concreto existente”.

2 Utilizaremos a categoria hegemonia tendo por referência a concepção de Gramsci, que a compreende como o controle cultural ou ideológico de uma classe sobre a sociedade, fato que produz a preponderância de um grupo coeso em torno de princípios e necessidades.

3 Utilizaremos o conceito de Modernidade na perspectiva marxiana, que a compreende como um recorte histórico que nasce sob as luzes do projeto de esclarecimento burguês, que, a partir das duas grandes revoluções política e econômica européias, marcam a ruptura com o absolutismo feudal e lançam as bases de um revolucionário sistema econômico de produção, consumo e circulação de mercadorias. Um sistema que a partir de então passa a condicionar, por intermédio de um viés economicista, todas as esferas da organização social do mundo ocidental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. A reprodução. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.

CRUZ, José Adelson da, Organizações não-governamentais, reforma do estado e política no Brasil: Um estudo com base na realidade de Goiás. 2005. Tese de doutorado em educação. Universidade Estadual de Campinas, 2005

DURKHEIM, Émile, Educação e sociologia, São Paulo: Melhoramentos, 1975.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese: Tradução Gilson César Cardoso de Souza. 198 edição. São Paulo: Perspectiva, 2004. (estudos; 85) (Como se fa uma tes di Lauro).

FERNANDEZ, Enguita Mariano, A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FRIGOTTO, G. Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 1996.

FRIGOTTO Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (org), Teoria e educação no labirinto do capital – Petrópolis, RJ: Vozes, 2001

GALEANO, Eduardo, A descoberta da América (que ainda não houve). Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS; MEC/SESu/PROEDI, 1988

GRAMSCI, Antônio. Concepção dialética da história, 8º ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1989.

_____, Os intelectuais e a organização da cultura, São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

LÖWY, Michel. Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1988.

_____, As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen Marxismo e Positivismo na sociologia do conhecimento. 6a edição. São Paulo: Corte: 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Crítica da educação e do ensino. Lisboa Portugal: Moraes editores, 1978

SCHERER-WARREN, Ilse, (1998). Movimentos sociais em cena ... e as teorias por onde andam? XXI Reunião Anual da ANPED, caxambu, 1998

SNYDERS, Georges. Escola, classe e luta de classes. 6º edição. Lisboa: Moraes, 1981.

UFG – Faculdade de Educação – Projeto do Curso de formação de Educadores do Campo – Pedagogia da Terra – Minuta do Projeto Pedagógico, janeiro/2007.